

Coleção
eBOOKS
SINFACRS

01

O Impacto da Pandemia na Economia Brasileira

Carlos Gilbert Conte Filho

*Economista, professor adjunto do curso
de ciências econômicas da UFSM*

SINFACRS[®]



O Impacto da Pandemia na **Economia** **Brasileira**



Por Carlos Gilbert Conte Filho

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008) e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Atualmente é professor adjunto do curso de ciências econômicas da UFSM. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos, atuando principalmente nos seguintes temas: economia brasileira, história do pensamento econômico e macroeconomia.

O Impacto da Pandemia na Economia Brasileira

No Brasil, o primeiro caso de Coronavírus (Covid-19) confirmado foi em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. No mesmo mês, começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia, com a repatriação dos brasileiros que viviam em Wuhan, cidade chinesa epicentro da infecção. Desde então, houveram algumas variações relacionadas a pandemia e as ações governamentais, com reduções e aumentos no número de casos, medidas como lockdown e também o início da vacinação em algumas localidades. A economia, por sua vez, foi logo impactada. Embora, no fim de 2019 e início de 2020 a expectativa dos analistas de mercado para Produto Interno Bruto (PIB)¹ de 2020 fosse bastante otimista – esperava-se, naquele momento, que a economia brasileira apresentasse um crescimento do produto em torno dos 2,3% (Banco Central do Brasil) – no entanto, foi tão logo a pandemia chegar ao País que a economia como um todo foi severamente impactada. A partir de então, o que se observou foi a queda da atividade econômica, o aumento do desemprego e a inflação em ascensão.

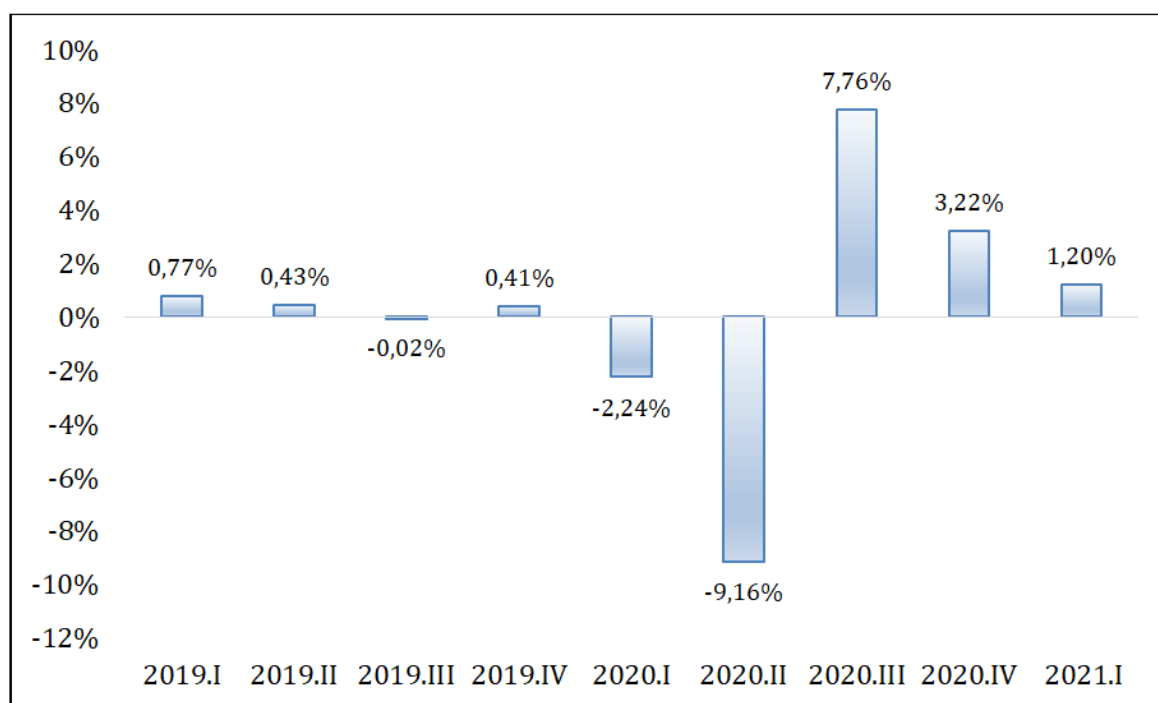
O impacto da pandemia já vem sendo sentido desde o primeiro semestre de 2020, mas agora há dados que mostram como a pandemia do novo Coronavírus efetivamente afetou a economia do Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após um modesto crescimento do PIB, em 2019 (1,1%), O PIB brasileiro caiu -4,1% em 2020.

¹O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador para medir o crescimento da economia de um país. O índice soma todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado período de tempo na moeda corrente local. Este índice pode ser analisado de diferentes formas, dentre as quais a análise pelo lado da oferta e da demanda são os métodos usuais.

A atividade econômica, no Brasil, foi fortemente impactada a partir de março, quando a pandemia chegou ao País. Se no primeiro trimestre (janeiro a março) a economia foi impactada parcialmente pela pandemia, o segundo trimestre retrata um período totalmente compreendido por este impacto. Neste sentido, sob efeitos da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, o PIB caiu -2,24% no primeiro trimestre e -9,7% no segundo trimestre de 2020. O resultado entre abril a junho foi o pior da série histórica iniciada em 1996.

Gráfico 1

PIB trimestral no Brasil entre 2019/I a 2021/I
(trimestre contra trimestre anterior). Fonte: IBGE (2021).



O principal balizador da alteração de trajetória do PIB entre 2019 e 2020 foi a mudança da trajetória no funcionamento da economia a qual reduziu, substancialmente, a atividade produtiva no Brasil em função das medidas de distanciamento social implementadas assim que a pandemia atingiu o País. Sob este contexto, pode-se analisar o efeito que a pandemia teve nas diversas esferas da economia brasileira.

PIB pelo lado da oferta

Pelo lado da oferta, é possível analisar isoladamente como cada setor da economia – serviços, indústria e agropecuária – se comportou ao longo de um determinado período de tempo. Vejamos como cada um deles foi impactado pela pandemia ao longo de 2020.

Serviços

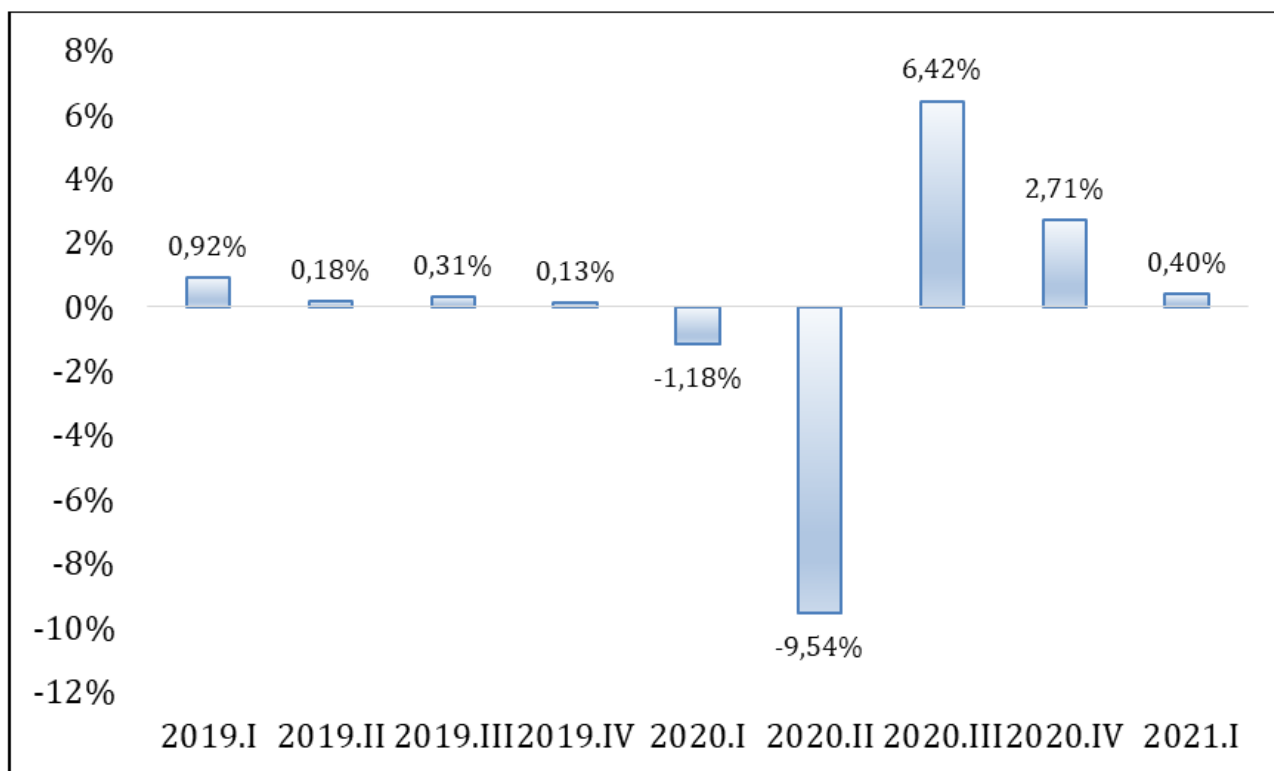
O setor de serviços – que possui o maior peso no cálculo do PIB: em torno de 63% do PIB brasileiro e 68% de todo o emprego no País – foi o mais afetado pela pandemia do Coronavírus. Não obstante, este também é o setor que apresenta a recuperação mais lenta dentre os três setores da economia.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços prestados no Brasil despencou 7,8% em 2020, na comparação com o ano anterior. Trata-se da queda mais intensa da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Até então, a maior queda anual tinha sido registrada em 2016 (-5%). O desempenho do setor ficou comprometido em função da necessidade do isolamento social, do fechamento de diversos estabelecimentos – seja parcial ou integralmente – considerados não essenciais, do receio de contágio das famílias que se mantiveram isoladas e da inexistência de uma medicação difundida para a população (até então) que combatesse a Covid-19 e instigasse a normalização dos serviços ao longo de 2020.

O impacto da pandemia no setor ficou evidente a partir do segundo trimestre de 2020 quanto caiu -9,54%. Com a flexibilização das medidas de isolamento social e a retomada gradual de alguns serviços, a recuperação do setor começou a ser sentida a partir do segundo semestre. Contudo, o volume de serviços prestados no País ainda se encontra 3,8% abaixo do patamar de fevereiro, quando as medidas de isolamento social para controle da pandemia de Covid-19 ainda não haviam sido adotadas.

Gráfico 2

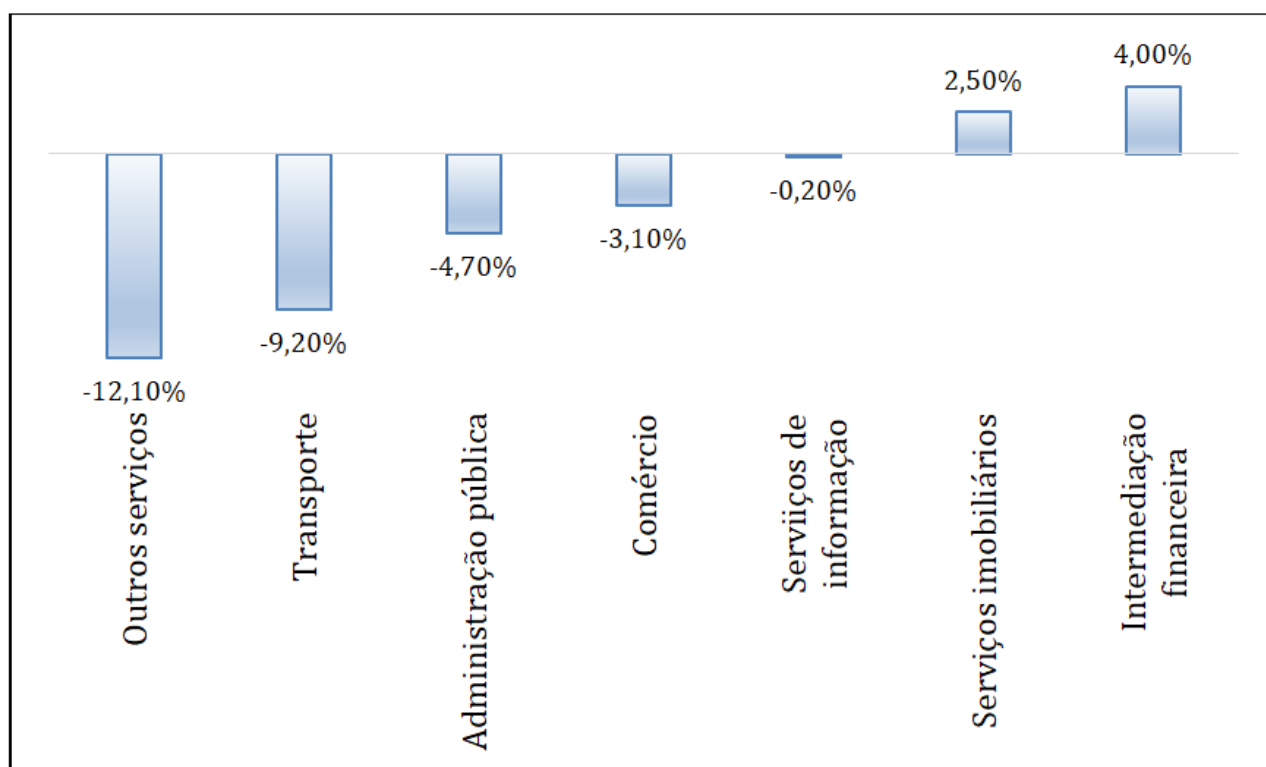
Desempenho do setor de serviços no Brasil entre 2019 a 2021.
Fonte: IBGE (2021).



O setor é composto por sete grandes atividades. Destas, cinco apresentaram retração em 2020, sendo que três delas atingiram recordes de queda em 2020, a saber: outros serviços (-12,1%), transporte (-9,2%), e administração pública (-4,7%). Em conjunto, essas três atividades de serviços representam 33% do PIB brasileiro e suas quedas são a principal razão para o fraco desempenho da economia brasileira em 2020. Da queda de 4,1% registrada no PIB brasileiro em 2020, uma parcela de 2,9% deve-se ao desempenho dessas três atividades em conjunto.

Gráfico 3

O desempenho das sete atividades que compõe o setor de serviços no Brasil em 2020. Fonte: IBGE (2021).

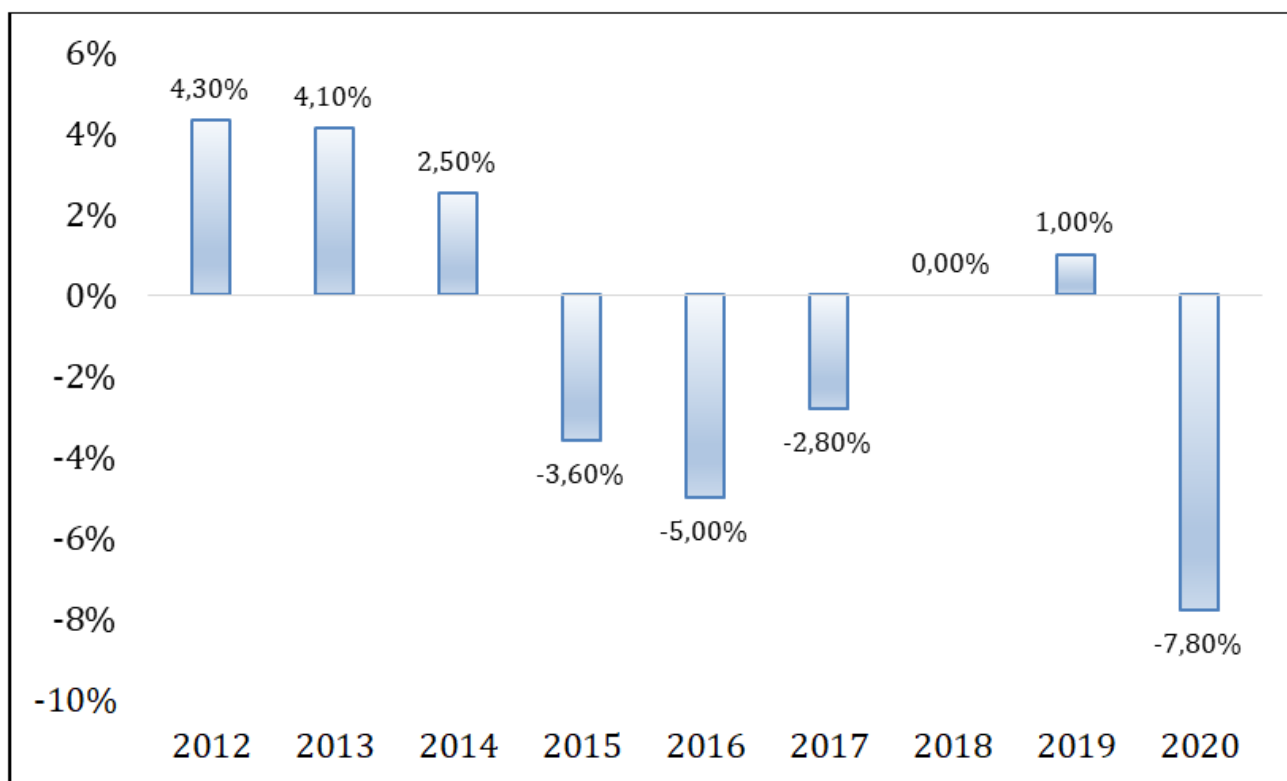


O tombo de 7,8% ao longo dos 12 meses de 2020 fez com que o setor de serviços acumulasse uma perda de 7,7% em nove anos. Entre 2012 – quando teve início o levantamento – e 2014, o setor havia acumulado crescimento de 11,3%. Já nos três anos seguintes (2015 a 2017), houve uma perda acumulada de 11% o que, praticamente, anulou os ganhos anteriores. Nos dois anos posteriores (2018 e 2019), o setor acumulou alta de apenas 1%, resultando em apenas 0,1% de crescimento acumulado entre 2012 e 2019. Tal comportamento ao longo da série histórica dimensiona o tamanho do impacto negativo do setor de serviços em 2020.

Gráfico 4

Desempenho do setor de serviços entre 2012 a 2020.

Fonte: IBGE (2021).



Analisando os seguimentos que compõe o setor, a queda foi puxada, principalmente, pelos serviços prestados às famílias (-35,6%) especialmente devido a queda nas receitas de restaurantes, hotéis, outros serviços de comida preparada e atividades de condicionamento físico. As outras pressões vieram de serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,4%) e de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-7,7%) que também tiveram quedas recorde no período. O quadro abaixo sintetiza o resultado dos segmentos que compõe o setor de serviços em 2020:

Gráfico 5

Desempenho dos segmentos do setor de serviços no Brasil em 2020. Fonte: IBGE (2021).

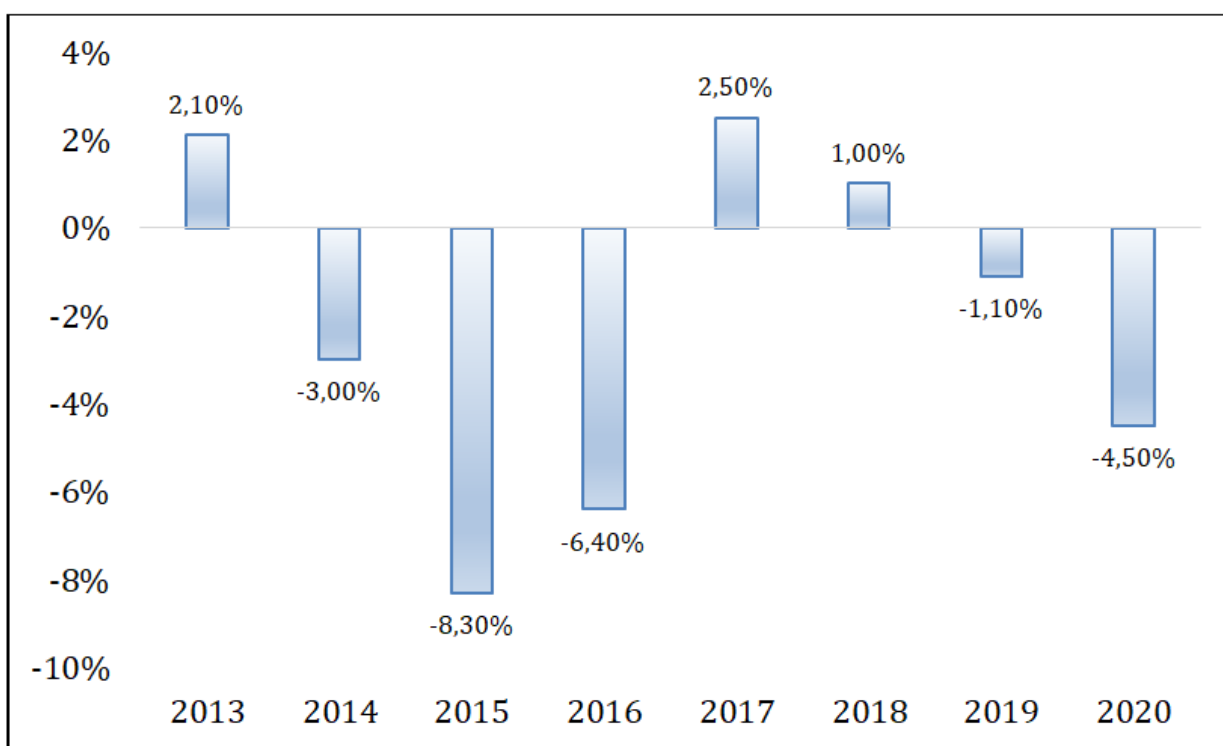


Indústria

A indústria brasileira fechou 2020 com uma queda de 4,5% em sua produção. Em 2019, o desempenho da indústria já havia sido negativo (-1,1%). Todavia, o desempenho de 2020 se configura como o pior resultado desde 2016. Somente no período entre março e abril, quando houve medidas de isolamento social para enfrentar a doença, a indústria recuou 27,1%.

Gráfico 6

Desempenho do setor da indústria no Brasil entre 2013 a 2020.
Fonte: IBGE (2021).



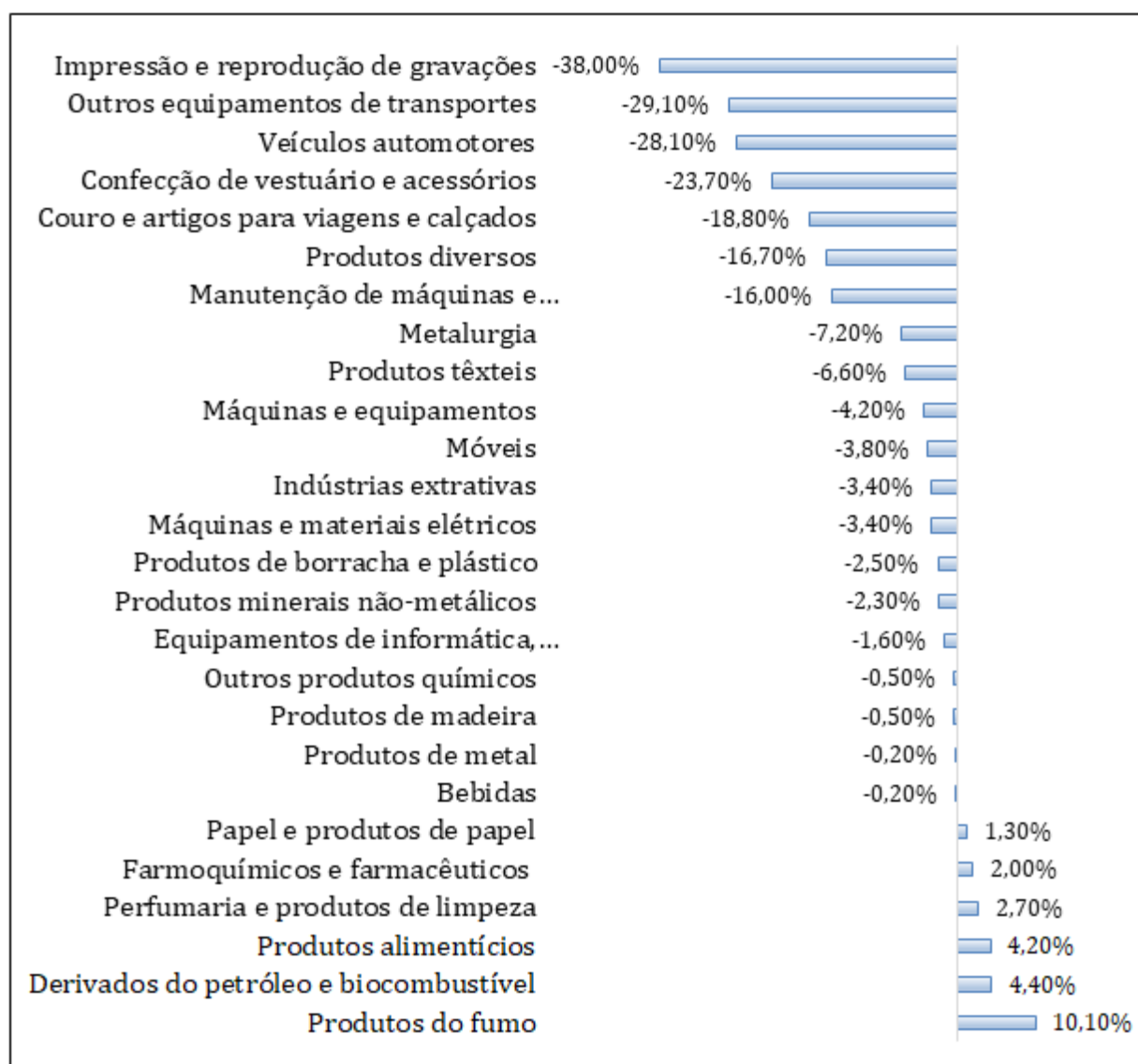
De acordo com o IBGE, o recuo na produção foi disseminado em todo o setor industrial do País. Todas as quatro grandes categorias econômicas da indústria tiveram resultados negativos, a saber: bens duráveis (-19,8%), bens de capital (-9,8), bens de consumo (-8,9%) e bens intermediários (-1,1%).

Dos segmentos que compõe a indústria, apenas seis atividades tiveram aumento de produção no ano, com destaque para produtos do fumo (10,1%), derivados do petróleo e biocombustíveis (4,4%) e produtos alimentícios (4,2%). Por outro lado, vinte dos 26 segmentos industriais pesquisados tiveram queda na produção no ano. O quadro abaixo sintetiza o resultado dos segmentos que compõe o setor da indústria em 2020:

Gráfico 7

Produção industrial por subsectores em 2020.

Fonte: IBGE (2021).

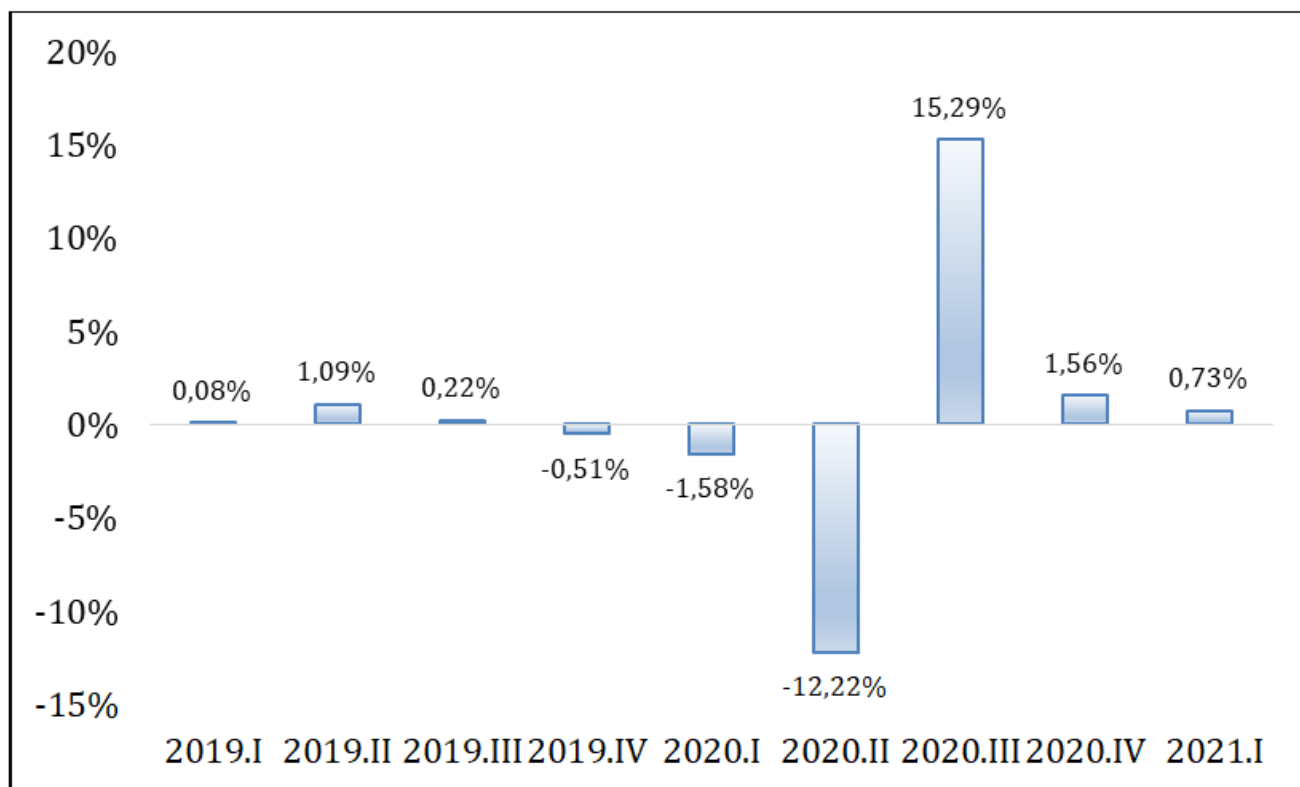


Ao longo de 2020, a indústria – assim como o setor de serviços – viu o produto cair acentuadamente nos dois primeiros trimestres. O primeiro semestre de 2020 foi marcado por medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia de covid-19, o que provocou a paralisação de fábricas, férias coletivas e redução da demanda de consumidores. Com a flexibilização das medidas de isolamento a partir do terceiro trimestre, o setor percebeu significativa melhora: ao fim de 2020, a indústria já havia superado as perdas oriundas do início do ano.

Gráfico 8

Desempenho da indústria no Brasil entre 2019 a 2020.

Fonte: IBGE (2021).



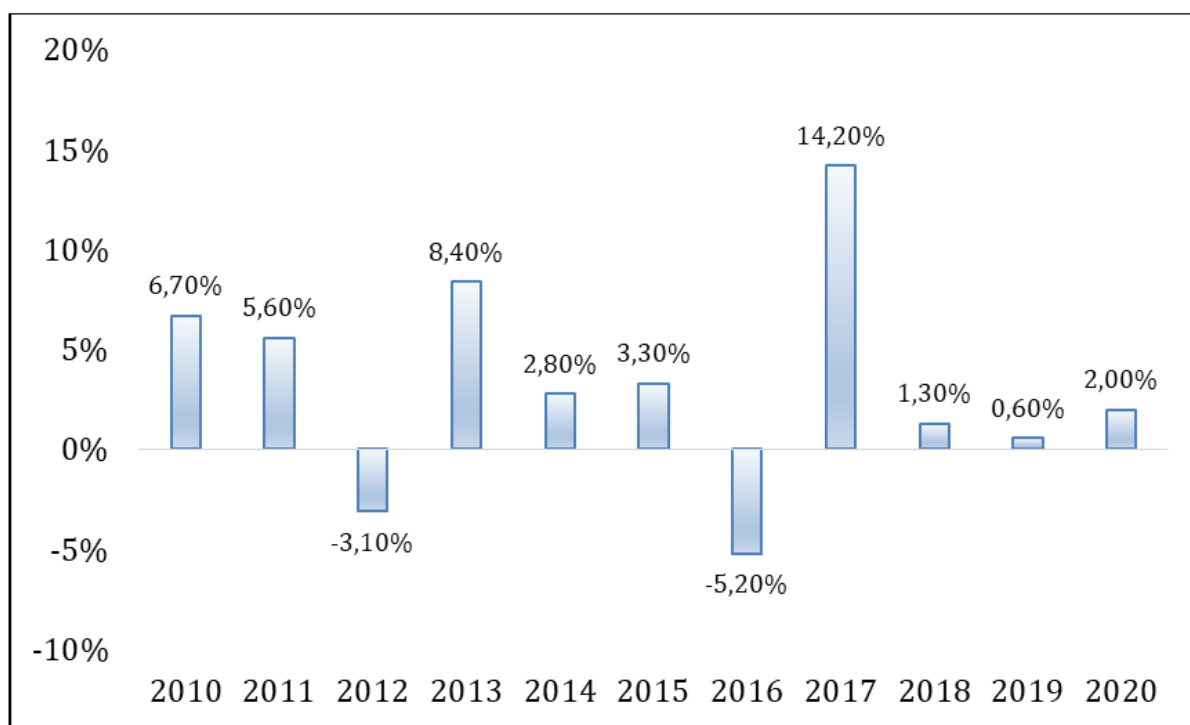
Agropecuária

A agropecuária foi o único dos três grandes setores da economia (serviços e indústria) que cresceu em 2020. Em meio a acentuada queda do PIB, o setor apresentou crescimento de 2% ante a 2019. Com este resultado, a agropecuária aumentou a sua participação no PIB brasileiro de 5,1% em 2019, para 6,8% em 2020.

Gráfico 9

Desempenho da agropecuária no Brasil entre 2010 a 2020.

Fonte: IBGE (2021).



A alta do setor reflete o desempenho de todos os segmentos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro ao longo de 2020. Os quatro setores da agropecuária brasileira apresentaram crescimento ao longo do ano: Setor primário (+56,59%); Agrosserviços (+20,93%); Agroindústria (+8,72%) e; Insumos (6,72%).

O desempenho do PIB do agronegócio reflete a evolução da renda real do setor, em que são consideradas as variações tanto de volume quanto de preços reais. Entretanto, apesar do resultado recorde do produto do setor em 2020, a cadeia produtiva agrícola ainda se recupera de um cenário adverso de anos anteriores, principalmente 2016 quando o setor apresentou queda de -5,2%.

Segundo o IBGE, essa alta ocorreu pelo crescimento e ganho de produtividade das lavouras, com destaque para a soja (7,1%) e o café (24,4%), que alcançaram produções recordes na série histórica. Além deste, outros fatores ajudaram a impulsionar o agro em 2020, foram eles: safra recorde de grãos de 257,8 milhões de toneladas entre 2019 e 2020; investimento dos produtores em pacotes tecnológicos avançados (sementes, defensivos, fertilizantes e rações de maior qualidade); clima favorável; demanda externa aquecida devido ao receio de desabastecimento de alimentos por causa do fechamento de fronteiras (o que impulsionou as importações dos países dentre eles do Brasil (grande exportador de commodities); a agropecuária foi considerada uma atividade essencial durante a pandemia para evitar falta de mantimentos; o auxílio emergencial que aqueceu a demanda interna; a valorização do dólar em relação ao real que impulsionou as exportações do setor; a recomposição do rebanho suíno chinês após a Peste Suína Africana, que resultou em maiores vendas de soja e milho do Brasil e; o aumento da produção e exportação de carnes.

PIB pelo lado da demanda

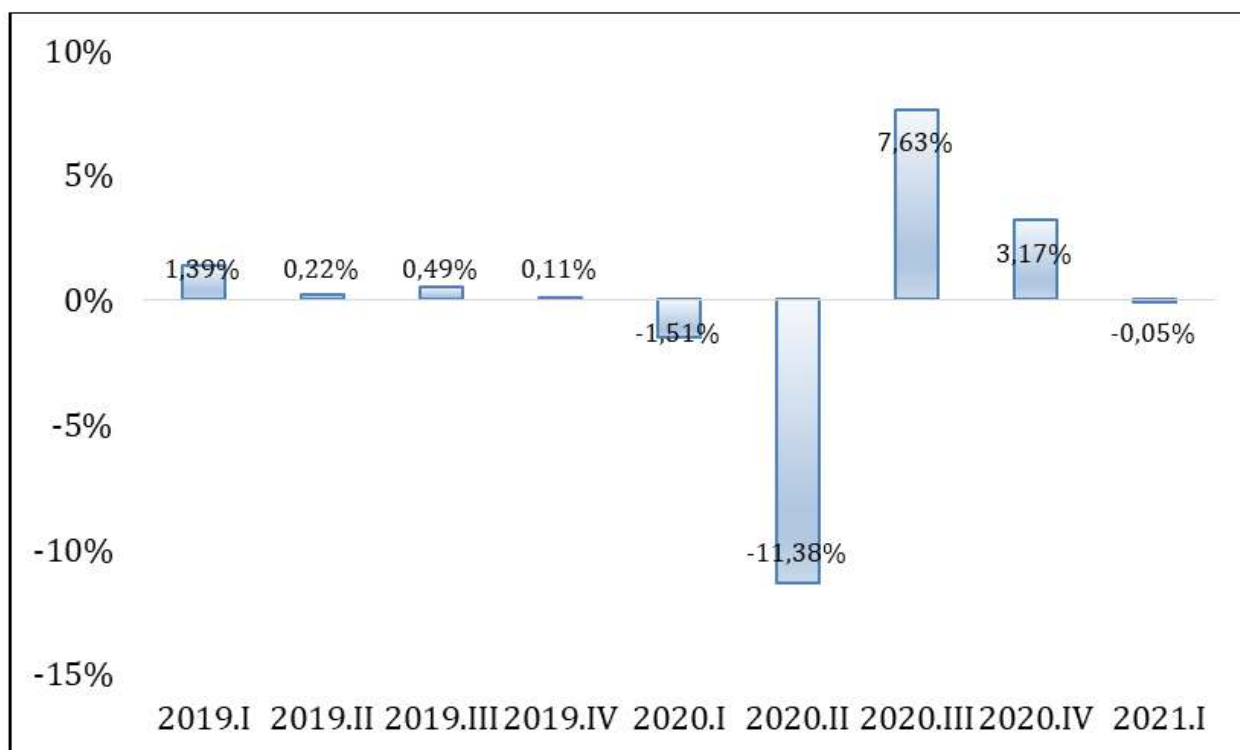
Pelo lado da demanda, a medida de crescimento da economia é medida pelo consumo das famílias, pelos investimentos do setor privado (formação bruta de capital fixo), pelo gasto do governo, além do setor externo (exportações menos importações). Vejamos como cada um desses setores se comportou ao longo da pandemia:

Consumo das famílias

Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias é o principal componente do PIB respondendo por mais de 60% do cálculo do indicador e vinha sustentando a lenta retomada da economia nos últimos anos, enquanto investimentos e mercado externo oscilavam. Contudo, o indicador caiu 5,5% em 2020 ante 2019, segundo dados do IBGE. O número representa a maior queda registrada na série histórica, iniciada em 1996. O pior resultado anterior da série foi em 2016 (-3,8%). O resultado se deve, em grande parte, a acentuada queda do consumo no segundo trimestre de 2020, quando apresentou retração de -11,38% ante ao primeiro trimestre daquele ano, o qual já havia sido negativo (-1,51) (gráfico 10):

Gráfico 10

Consumo das famílias – por trimestre – entre 2019 a 2021.
Fonte: IBGE (2021).



De acordo com o IBGE, as medidas de restrição adotadas em várias partes do País por conta da pandemia do Coronavírus tiveram forte impacto sobre o desempenho do indicador. Em relação ao consumo das famílias, o impacto negativo foi ainda maior devido à piora no mercado de trabalho e a necessidade de distanciamento social. O resultado é efeito da paralização total ou parcial das atividades econômicas visando o controle da disseminação do vírus. Mesmo quando iniciou a flexibilização do distanciamento social – segundo semestre – muitas pessoas ainda permaneceram receosas de consumir, principalmente serviços que podem provocar aglomeração.

Além disso, a redução do auxílio emergencial e o aumento da inflação impactaram negativamente o consumo das famílias no último trimestre. O resultado de todo esse conjunto de fatores foi que a participação do consumo das famílias no PIB caiu de 64,8% para 62,7%.

Cabe ressaltar que uma queda ainda maior do consumo das famílias foi evitada devido aos programas de apoio financeiro do governo (auxílio emergencial) e pelo crescimento do crédito voltado às pessoas físicas.

Em suma, pode-se dizer que a queda do consumo das famílias está relacionada às medidas de distanciamento social, seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho e sobre os serviços prestados às famílias. Por outro lado, contribuíram para que o impacto fosse minimizado, os programas de apoio do governo a empresas e famílias e o crescimento do crédito para as famílias.

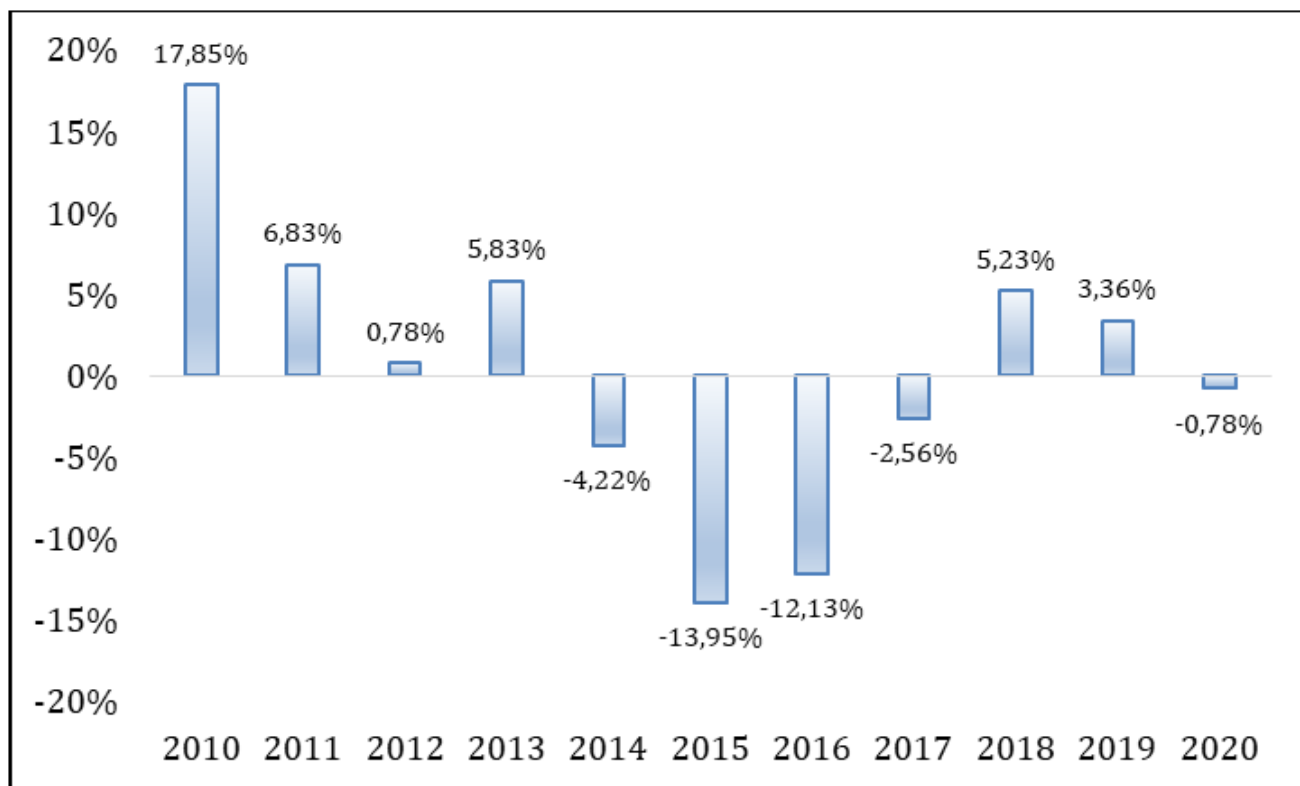
Formação bruta de capital fixo

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é o principal motor do crescimento de uma economia. No Brasil, em 2020, a FBCF caiu 0,8% ante 2019 encerrando uma sequência de dois anos positivos.

O pior resultado anterior foi em 2015 (-13,9%). Ainda assim, o resultado só não foi pior em função da importação de plataformas pela Repetro, no quarto trimestre de 2020. Sem o efeito das plataformas, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas estima que o investimento teria uma queda de 8%.

Gráfico 11

Variação da formação bruta de capital fixo no Brasil entre 2010 a 2020. Fonte: IBGE (2021).

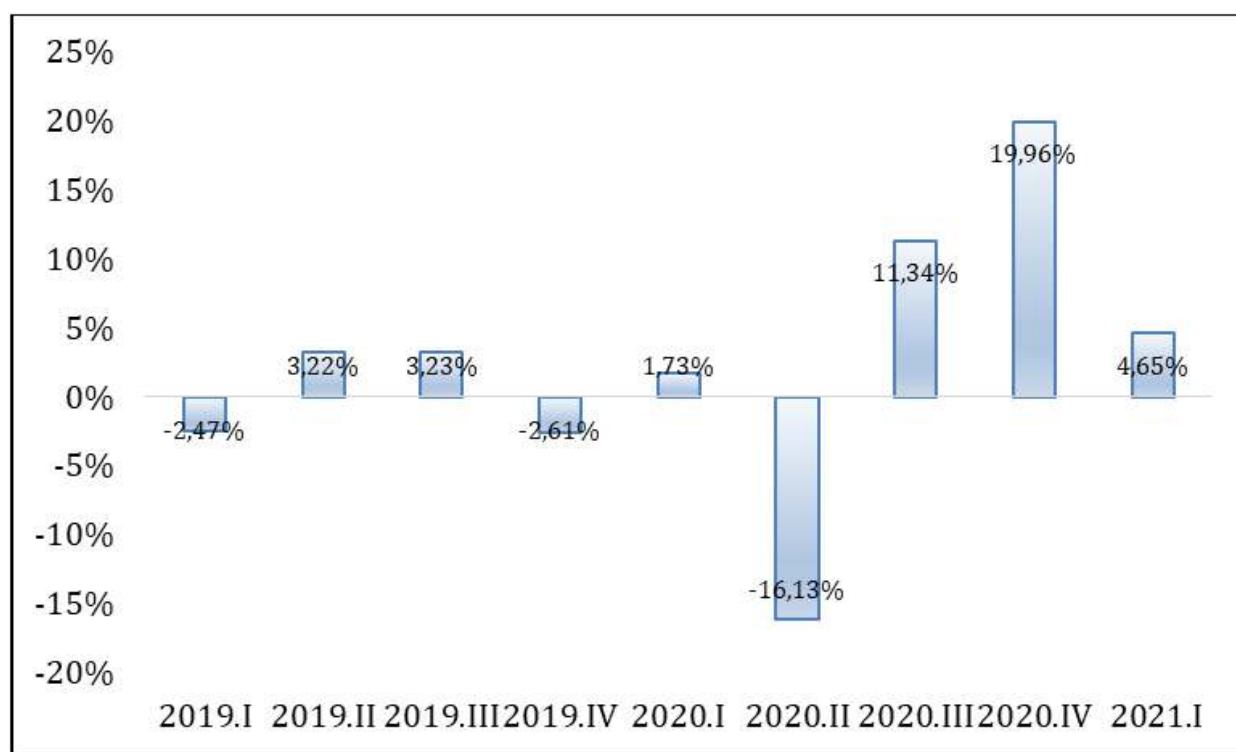


Ao longo de 2019, a FBCF apresentou resultado positivo. A crise causada pela Covid-19, todavia, interrompeu essa trajetória. Tão logo a pandemia chegou ao Brasil se fez necessárias medidas de apoio emergencial para resguardar a saúde da população e evitar o colapso econômico das empresas.

Contudo, passado o período mais crítico da pandemia (segundo trimestre), a economia brasileira apresentou fortes sinais de recuperação, o que se deve a recuperação dos níveis de investimento no País. A título de ilustração, a produção de bens de capital e de insumos típicos da construção civil, por exemplo, cresceram fortemente e fecharam o ano de 2020 fazendo com que a FBCF fechasse o ano acima dos níveis pré-crise.

Gráfico 12

FBCF no Brasil entre o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2021. Fonte: IBGE (2021).

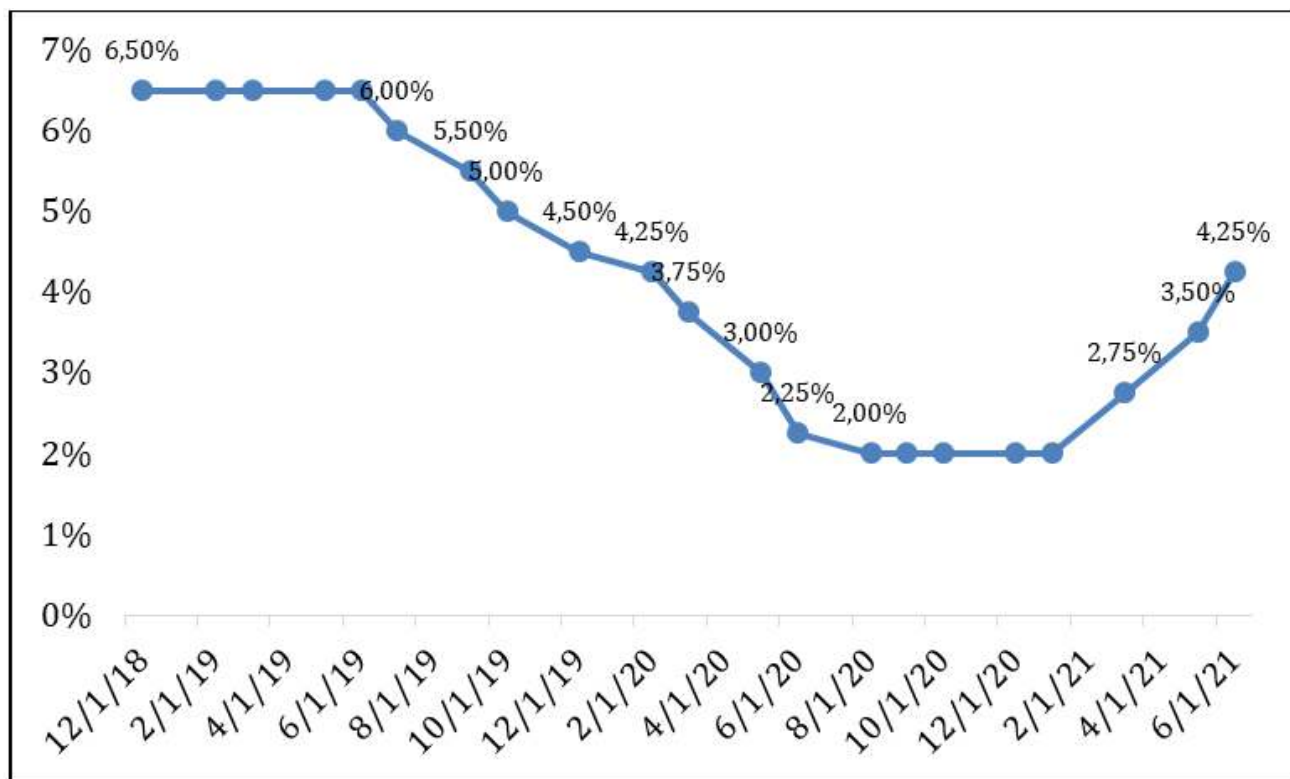


Um dos fatores que contribuíram para a retomada do setor ao longo do segundo semestre foi a redução sistemática da taxa básica de juros (Selic) ao longo de 2020. Com a redução do custo do capital, aliado aos programas de incentivos do governo e o abrandamento do isolamento social, a taxa de investimento teve espaço para retomada.

Gráfico 13

Taxa básica de juros (Selic) ao ano no Brasil.

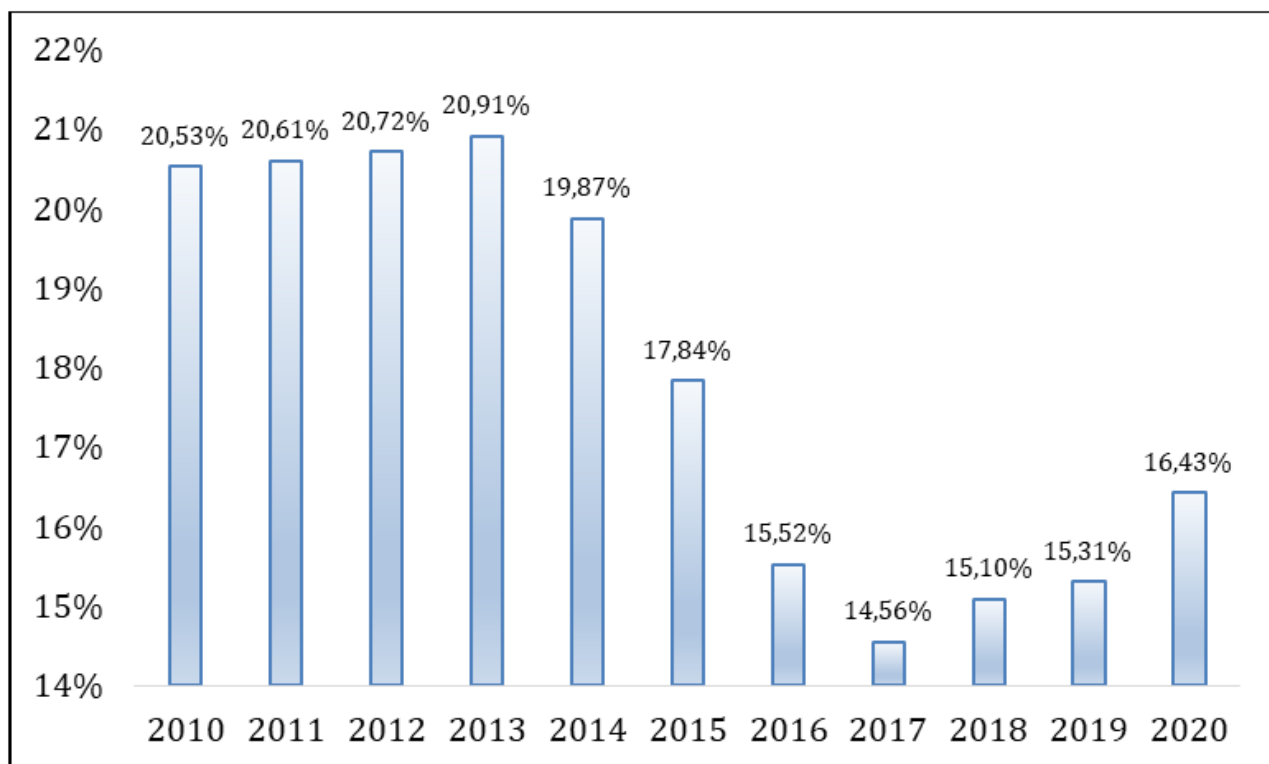
Fonte: Banco Central do Brasil (2021).



Como resultado de todo este conjunto de fatores, a taxa de investimento da economia brasileira em relação ao tamanho do PIB fechou 2020 em 16,4%, acima dos 15,4%, de 2019. A taxa de poupança também apresentou melhora, de 12,5% para 15% no período. Mas o avanço da taxa de investimento se deu mais pela piora do PIB do que pelo crescimento dos investimentos. Ou seja, como o PIB caiu mais do que o investimento, a participação do investimento na economia aumentou, mesmo tendo recuado em termos nominais. Segundo economistas, elevar o investimento segue sendo um dos maiores desafios da economia brasileira no momento.

Gráfico 14

Taxa de investimento da economia brasileira entre 2010 a 2020.
Fonte: IBGE (2021).



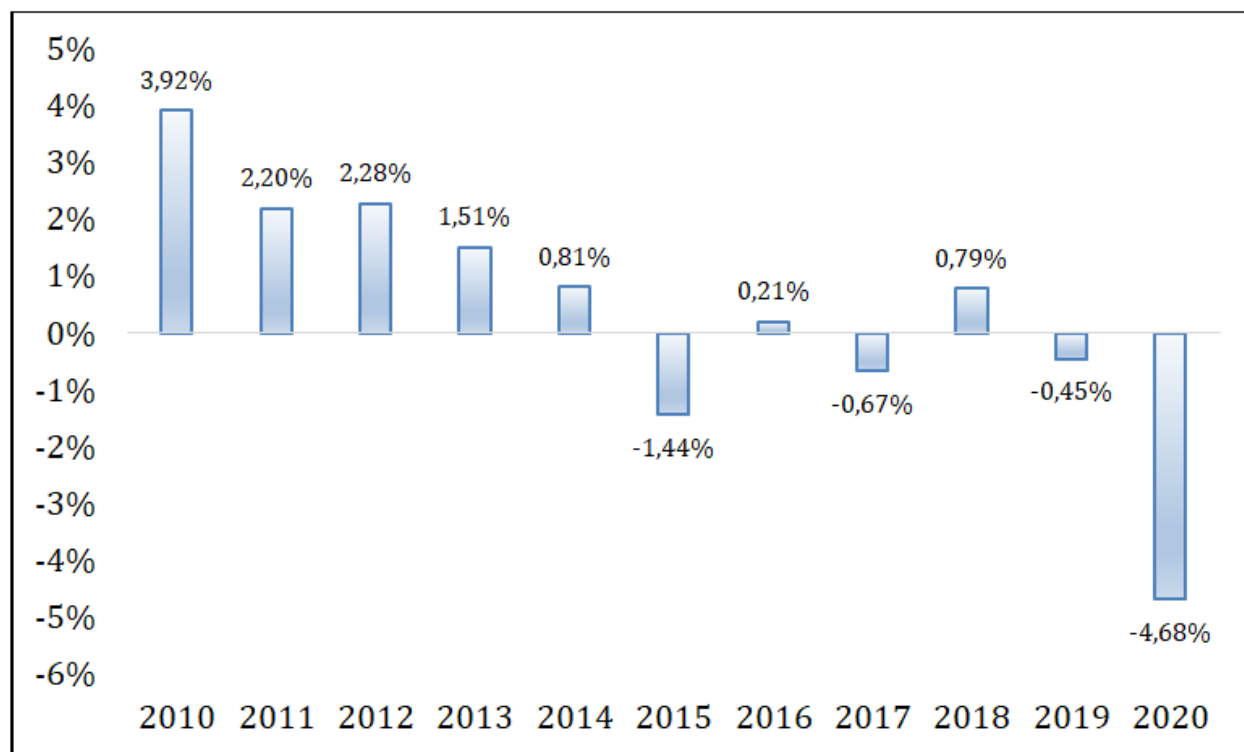
Gasto do Governo

Segundo o IBGE, os gastos do governo tiveram queda recorde de -4,68% em 2020 ante a 2019 (quando já havia apresentado queda de 0,45%). Tal desempenho se deve ao fechamento de escolas, universidades, museus e parques ao longo do ano.

Gráfico 15

Despesa do governo brasileiro entre 2010 a 2020.

Fonte: IBGE (2021).



Segundo o Tesouro Nacional, impulsionados pela pandemia, os gastos totais do governo federal totalizaram R\$ 2,64 trilhões e aumentaram 16% em 2020 em relação a 2019. Os principais componentes que elevaram os custos foram o auxílio emergencial e o programa de proteção ao emprego que fizeram o item insumos financeiros (gastos financeiros) crescer 19% em 2020. Além deste, as compras de equipamentos para enfrentar a pandemia elevaram os custos de funcionamento do Ministério da Saúde em 17%, passando de R\$ 21,69 bilhões em 2019 para R\$ 25,33 bilhões em 2020.

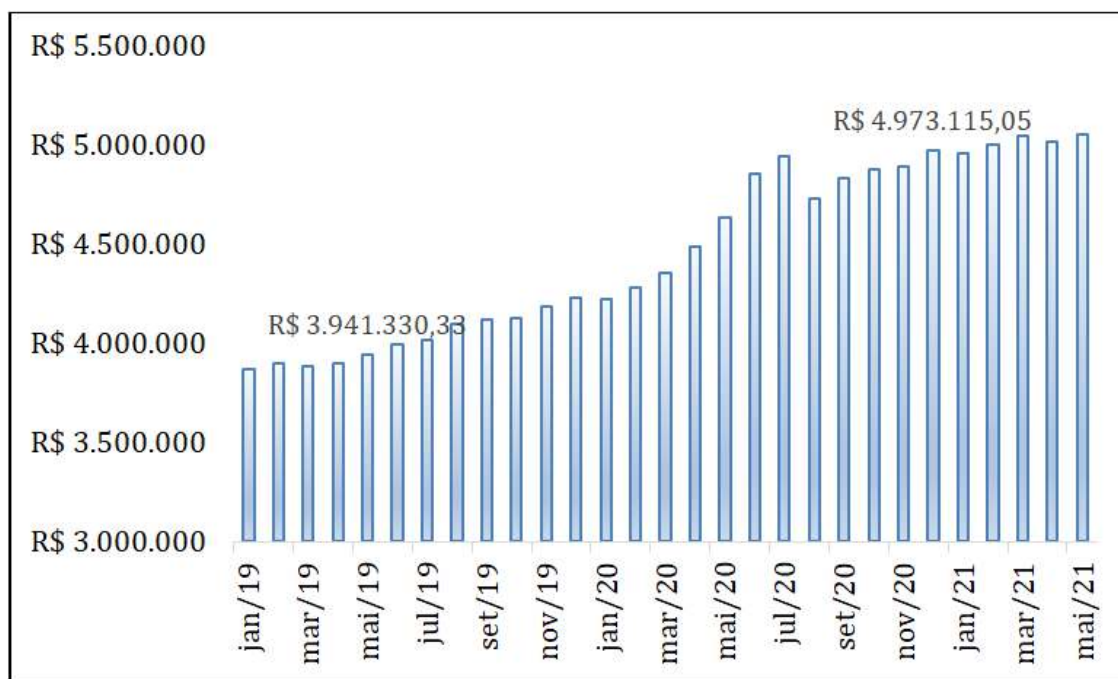
Segundo o Tesouro Nacional, os itens que contribuíram para o aumento dos gastos do Ministério da Saúde foram materiais farmacológicos (medicamentos ou componentes destinados à manipulação de drogas medicinais), materiais reagentes para diagnóstico clínico e materiais de assepsia e equipamentos de proteção individual para ação preventiva contra o novo Coronavírus.

Segundo o Banco Central, em ano marcado por explosão das despesas governamentais e encolhimento da arrecadação tributária diante do baque da pandemia da Covid-19, o rombo fiscal do setor público atingiu patamares sem precedentes em 2020 e a dívida pública bateu recorde, a 89,3% do PIB. Em 2020, o setor público registrou déficit primário de R\$ 702,950 bilhões, o equivalente a 9,5% do PIB e mais de quatro vezes superior ao que era até então o maior rombo da história (R\$ 155,8 bilhões, ocorrido em 2016).

Assim, a dívida bruta subiu o equivalente a 15% sobre 2019, e o patamar atual está entre os mais elevados dos países emergentes, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). A dívida líquida aumentou para 63% do PIB em 2020, ante 54,6% do PIB no final de 2019. Diante deste quadro, a Dívida Pública Federal, incluindo o endividamento interno e externo do Brasil, encerrou o ano de 2020 próximo dos R\$ 5 trilhões. A cifra representa uma alta de 17,9% em relação a 2019. Foi a maior da série iniciada em 2004.

Gráfico 16

Dívida pública federal entre janeiro de 2019 a maio de 2021.
Fonte: Banco Central do Brasil (2021).

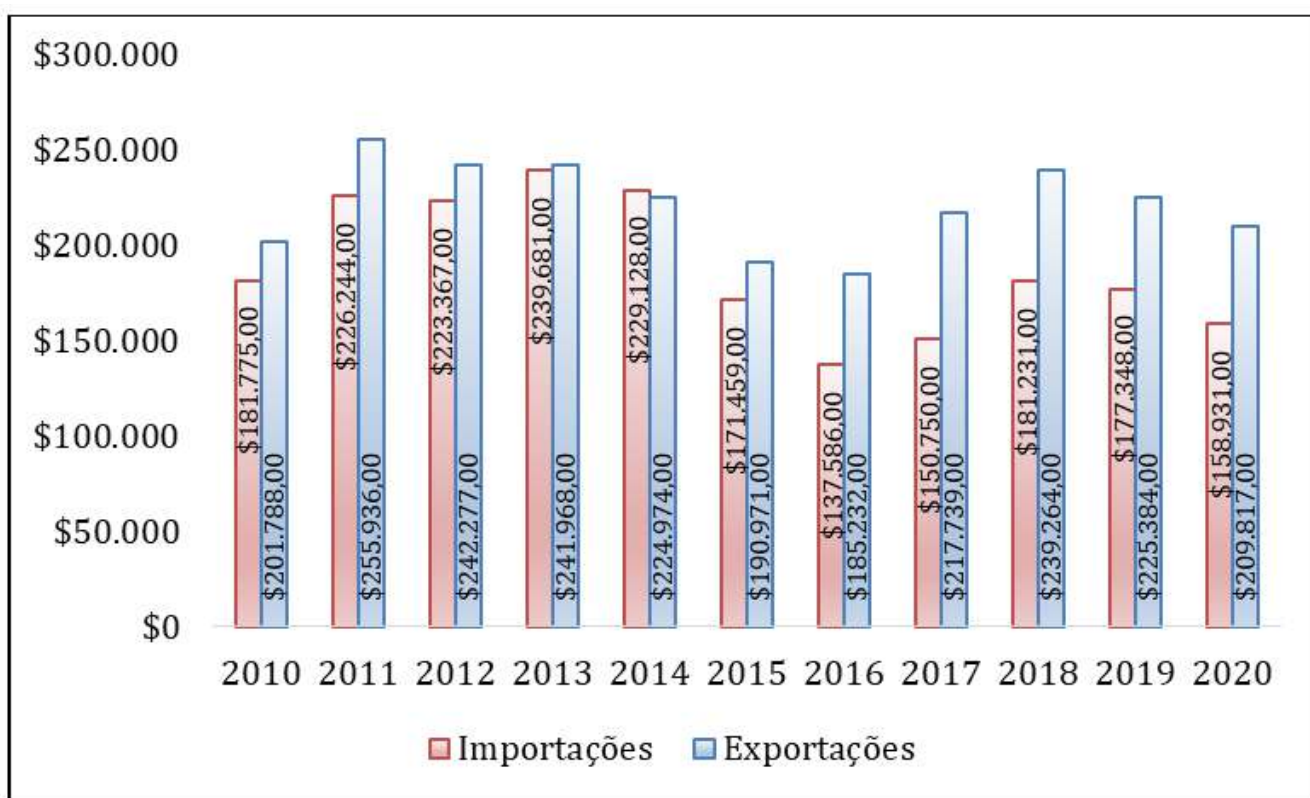


Setor externo

Segundo o Ministério da Economia, em 2020, a balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 50,9 bilhões. O número é maior que o de 2019 quando o superávit foi de US\$ 48 bilhões. O saldo positivo da balança comercial brasileira em 2020 é resultado de US\$ 209,921 bilhões em exportações e US\$ 158,926 bilhões em importações. O destaque ficou a cargo do agronegócio, que bateu recorde com saldo final de US\$ 87,7 bilhões.

Gráfico 17

Exportações e importações (FOB) no Brasil entre 2010 a 2020.
Fonte: Funcex (2021).



Nas exportações, no acumulado de 2020, comparando com o ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária mostra crescimento de 6% na agropecuária, queda de 2,7% na indústria extrativa e queda de 11,3% em produtos da indústria de transformação. Nas importações, o desempenho dos setores pela média diária foi: queda de 3,9% em agropecuária, de 41,2% na indústria extrativa e de 7,7% em produtos da indústria de transformação.

O ponto chave para o saldo positivo da balança comercial ficou, sem dúvida, a cargo das commodities agropecuárias. E dentre os principais fatores que contribuíram para que o Brasil se mantivesse como um dos principais fornecedores de commodities no mercado mundial em 2020 estão: a desvalorização do real frente ao dólar; a guerra comercial entre Estados Unidos e China; a quebra de safra de países concorrentes e as condições climáticas favoráveis.

A soja é a principal cultura do Brasil, que se tornou o principal produtor mundial na safra 2019-2020, com 37,4% da produção total, seguido pelos Estados Unidos (28,4%) e pela Argentina (14,5%). De todos os produtos do agronegócio exportados, a soja responde sozinha por 34,2% do total comercializado em valor, que corresponde a US\$ 34,5 bilhões. As carnes estão em segundo lugar entre os produtos do agronegócio mais exportados em 2020: US\$ 17,2 milhões, com destaque para a bovina e a suína. O aumento da demanda por parte dos países asiáticos levou ao recorde das exportações. Só a China representou 43,2% e 50,8% das exportações de carne bovina e suína ano passado, respectivamente. Em decorrência da Peste Suína Africana, houve descarte de animais no País, aumentando a demanda chinesa por carne suína no mercado internacional.

Dos dez principais produtos de exportação do setor, apenas as carnes bovina e suína e o café tiveram variação positiva no preço médio em dólar em 2020: 3,0%, 4,0% e 0,8%, respectivamente. O café também teve um desempenho positivo no ano passado, por conta das boas condições climáticas e da safra positiva do grão: alta de 15,6% em valor e 30,0% em quantidade frente a 2019.

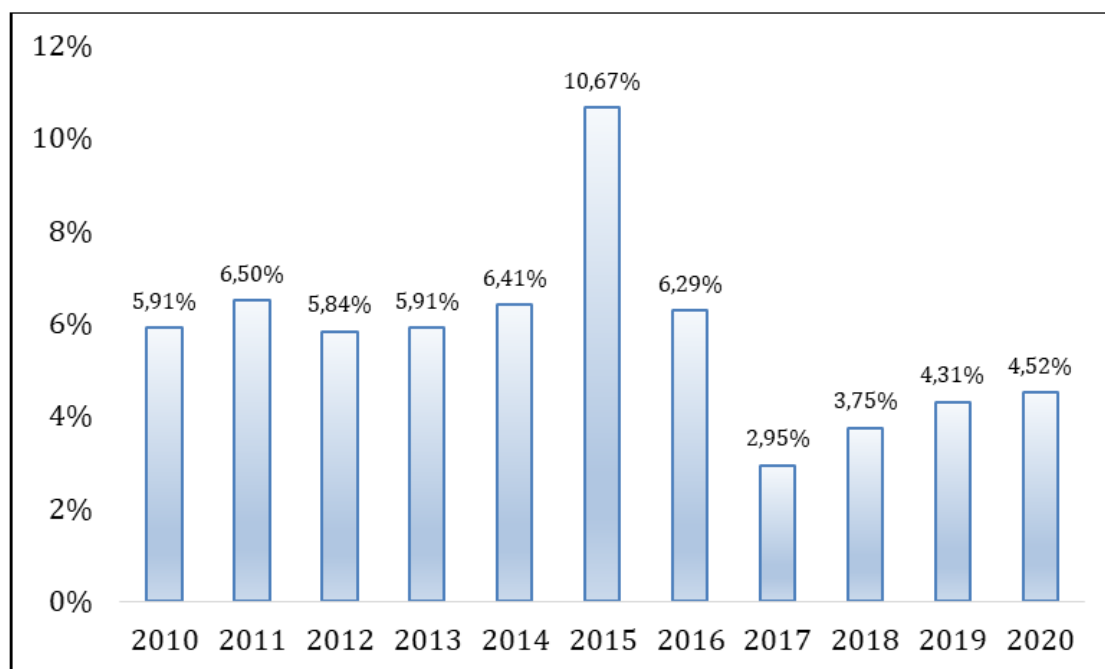
Além dos números positivos das exportações, houve queda de 5,2% no valor das importações do agronegócio em 2020, na comparação com 2019, o que contribuiu para a elevação do saldo da balança comercial em 5,6%, passando de US\$ 83,0 bilhões para US\$ 87,7 bilhões. O trigo, principal produto de importação, teve queda de 9,9% em valor e 6,3% em quantidade no ano passado, seguido pelo arroz, que teve comportamento atípico em 2020, quando o Brasil aumentou as exportações do grão em 36,8%.

Inflação

Pressionado pelos preços dos alimentos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do Brasil, fechou 2020 em 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%. Segundo o IBGE, trata-se da maior inflação anual desde 2016, quando o índice ficou em 6,29%. Apesar de ter ficado acima do centro da meta, a inflação oficial ficou dentro do limite pelo quinto ano seguido. Pela meta oficial estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o IPCA poderia ficar entre 2,5% e 5,5%.

Gráfico 18

IPCA entre 2010 a 2020. Fonte: IBGE (2021).

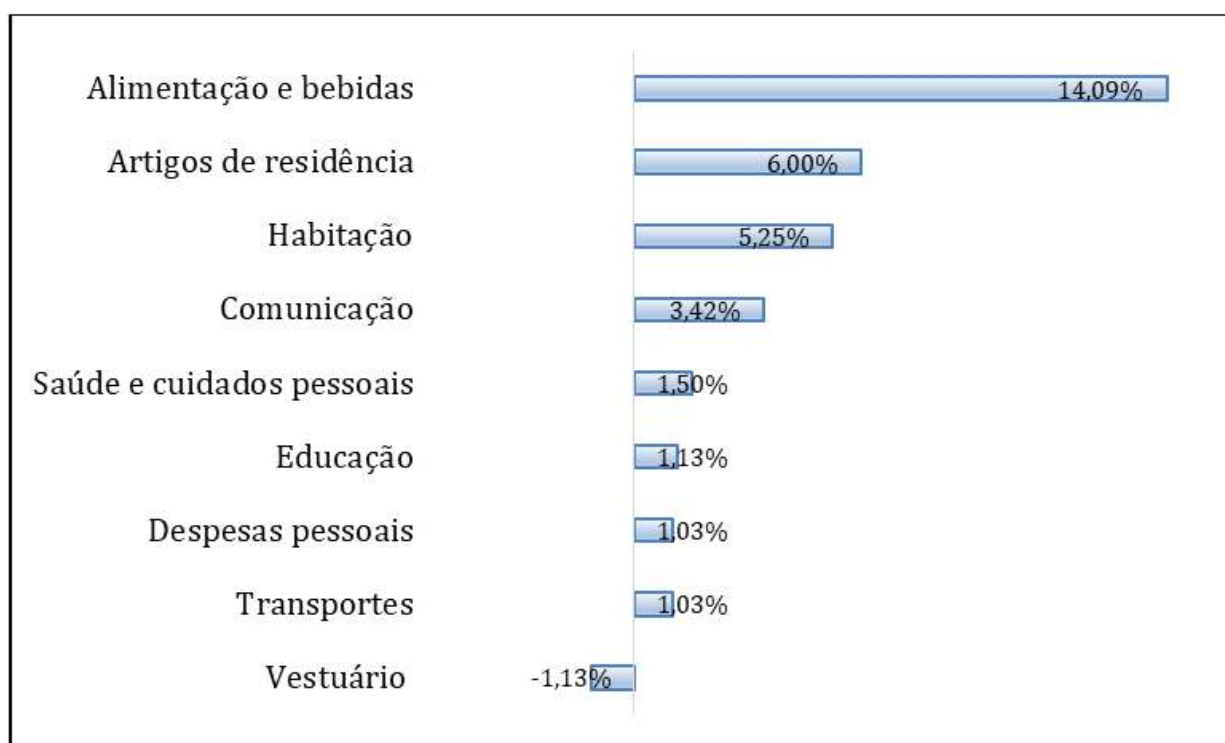


A principal vilã da inflação em 2020 foi a alimentação. Os preços do conjunto de alimentos e bebidas tiveram alta acumulada de 14,09% ao longo do ano, o maior aumento desde 2002 (19,47%). Segundo o IBGE, os alimentos responderam sozinhos por quase metade da inflação do ano, com um impacto de 2,73 pontos percentuais sobre o índice geral. A alta nos preços da alimentação foi influenciada, sobretudo, pela demanda por esses produtos, a alta do dólar e dos preços das commodities no mercado internacional.

Depois do grupo alimentação, o segundo maior impacto sobre a inflação de 2020 partiu dos artigos de residência que acumularam alta de 6% em 2020 pressionados pelo efeito do dólar sobre os preços dos eletrodomésticos (5,18%) e equipamentos e artigos de TV, som e informática (18,75%). Já o terceiro maior impacto partiu do grupo habitação que acumulou alta de 5,25% no ano. Tal aumento foi influenciado, sobretudo, pela alta no custo da energia elétrica que subiu 9,14% em 2020.

Gráfico 19

Componentes da inflação em 2020. Fonte: IBGE (2021).



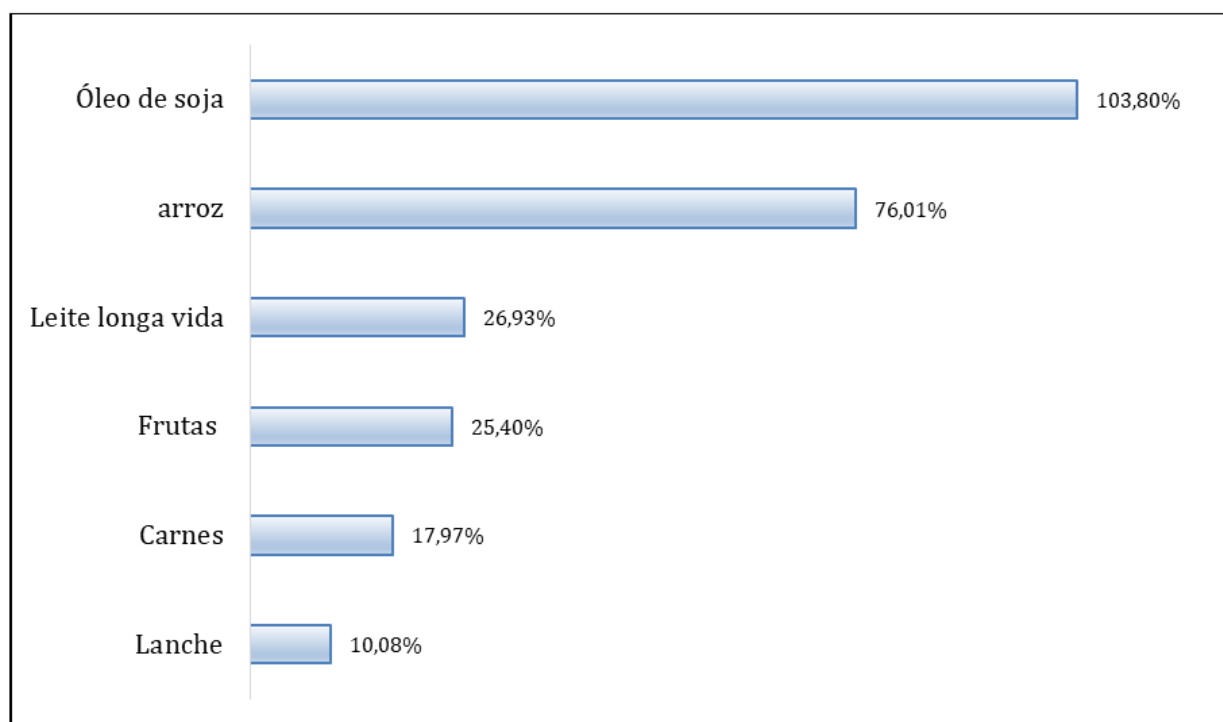
Quando a pandemia se abateu sobre a economia, provocando a recessão global, o IPCA chegou a registrar taxas negativas. Com as atividades paradas, os preços, especialmente de serviços, despencaram nos primeiros meses de isolamento social. Todas as previsões apontavam, na época, para um IPCA abaixo da meta do Banco Central no ano passado. O cenário virou a partir de meados de 2020. Com a concentração da demanda em itens básicos e a alta do dólar, os alimentos para consumo em casa começaram a encarecer rapidamente. Além disso, o cenário foi influenciado pelo pagamento do auxílio emergencial.

A alta de 14,09% nos preços de alimentos e bebidas pesou no bolso dos brasileiros em 2020. O aumento foi o maior desde 2002 (19,47%). Os preços do óleo de soja (103,79%) e do arroz (76,01%) dispararam no acumulado do ano passado. Outros itens importantes na cesta das famílias também tiveram altas expressivas como, por exemplo o leite longa vida e as carnes.

Gráfico 20

Inflação de alimentos selecionados em 2020.

Fonte: IBGE (2021).



A inflação do ano passado também foi puxada pelo grupo Habitação (5,25%). De acordo com o Instituto, a alta foi influenciada pelo aumento da energia elétrica (9,14%). Este item tem tudo para pressionar os preços também em 2021. Desde março que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) decidiu adotar bandeira vermelha — uma taxa extra na conta de luz para compensar o maior uso de usinas térmicas, mais caras.

Os artigos de casa também pesaram no bolso das pessoas por conta do efeito dólar sobre os preços dos eletrodomésticos, equipamentos e artigos de TV, som e informática. Em conjunto, alimentação e bebidas, habitação e artigos de residência responderam por quase 84% da inflação de 2020.

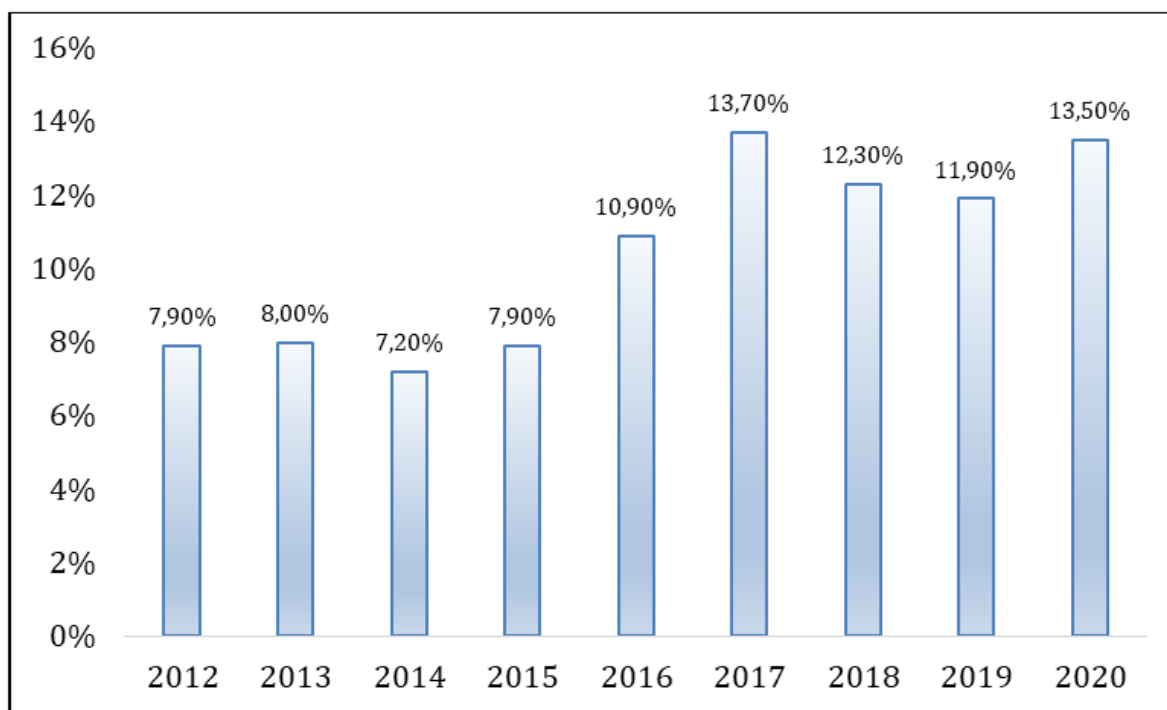
Desemprego

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa média anual de desemprego no Brasil foi de 13,5% em 2020, a maior já registrada desde o início da série histórica em 2012. A taxa de 13,5% verificada em 2020 corresponde a cerca de 13,4 milhões de pessoas na fila por um trabalho no País. O resultado para o ano interrompe a queda iniciada em 2018, quando a taxa ficou em 12,3%. Em 2019, o desemprego foi de 11,9%.

Gráfico 21

Taxa de desocupação no Brasil entre 2012 a 2020.

Fonte: IBGE (2021).



Segundo o IBGE, no intervalo de um ano, a população ocupada reduziu 7,3 milhões de pessoas, chegando ao menor número da série anual. Em 2019, a população empregada era de 93,4 milhões de pessoas. Em 2020, este número caiu para 86,1 milhões. Ou seja, uma queda bastante acentuada e em um período muito curto. Assim, pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no País: em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%.

Além da queda de pessoas ocupadas em 2020 em relação a 2019, a taxa de informalidade passou de 41,1% para 38,7% em um ano, o equivalente a 33,3 milhões de pessoas sem carteira assinada. O número de empregados com carteira de trabalho assinada (setor privado) foi de 30,6 milhões de pessoas (menos 2,6 milhões configurando um recuo de 7,8% em relação a 2019). Os desalentados (pessoas que desistiram de procurar trabalho) somaram 5,5 milhões de pessoas em 2020, uma alta de 16,1% em relação a 2019.

Com os impactos econômicos da pandemia, muitas pessoas pararam de procurar trabalho por não encontrarem na localidade em que vivem ou por medo de se exporem ao vírus. Os trabalhadores por conta própria somaram 22,7 milhões, uma retração de 6,2% em relação ao ano anterior. A única melhora veio do rendimento médio que apresentou crescimento de 4,7% em relação a 2019 ficando em R\$ 2.543.

Analisando o desemprego por regiões do País, observa-se que, em 2020 em relação a 2019, a taxa de desocupação caiu em 23 dos 26 Estados mais o Distrito Federal.

Quadro 1

Taxa de desocupação por Estados da Federação entre 2012 a 2020.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	7,4%	7,1%	6,8%	8,5%	11,5%	12,7%	12,3%	11,9%	13,5%
Rondônia	6,4%	5,1%	4,2%	5,6%	7,9%	8,2%	9,1%	8,0%	10,4%
Acre	8,4%	9,0%	7,7%	8,5%	10,9%	14,1%	13,5%	14,5%	15,1%
Amazonas	9,5%	9,1%	7,7%	9,5%	13,6%	15,7%	13,9%	14,0%	15,8%
Roraima	7,6%	8,0%	6,3%	8,5%	8,8%	9,9%	12,3%	14,9%	16,4%
Pará	7,4%	7,3%	7,2%	8,8%	11,2%	11,8%	11,1%	10,8%	10,4%
Amapá	13,2%	11,5%	10,3%	11,0%	15,5%	17,7%	20,2%	17,4%	14,9%
Tocantins	7,7%	7,5%	7,5%	8,6%	11,5%	11,7%	10,6%	10,8%	11,6%
Maranhão	8,1%	7,9%	6,8%	8,6%	11,9%	14,3%	14,4%	14,3%	15,9%
Piauí	6,9%	7,5%	6,5%	7,6%	9,4%	12,9%	12,8%	12,8%	12,8%
Ceará	7,7%	7,8%	7,4%	8,8%	12,0%	12,6%	11,3%	10,9%	13,2%
Rio Grande do Norte	11,4%	10,7%	11,0%	12,0%	14,2%	14,5%	13,6%	13,1%	15,8%
Paraíba	9,2%	8,8%	8,9%	9,5%	11,4%	11,4%	11,1%	11,6%	14,6%
Pernambuco	9,1%	9,0%	8,2%	9,9%	14,6%	17,7%	16,7%	15,5%	16,8%
Alagoas	11,4%	10,6%	9,6%	11,2%	14,1%	16,7%	17,0%	14,9%	18,6%
Sergipe	10,3%	10,3%	9,2%	9,1%	13,3%	14,3%	16,6%	15,1%	18,4%
Bahia	11,1%	11,2%	10,3%	12,3%	15,9%	17,0%	17,0%	17,2%	19,8%
Minas Gerais	6,9%	6,6%	6,7%	8,5%	11,1%	12,2%	10,7%	10,1%	12,5%

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Espírito Santo	7,1%	7,1%	6,2%	7,7%	12,2%	13,1%	11,5%	11,0%	12,7%
Rio de Janeiro	7,5%	6,8%	6,3%	7,6%	11,7%	14,9%	15,0%	14,7%	17,4%
São Paulo	7,3%	7,2%	7,1%	9,3%	12,4%	13,4%	13,3%	12,5%	13,9%
Paraná	5,0%	4,3%	4,0%	5,9%	8,2%	9,0%	8,8%	8,5%	9,4%
Santa Catarina	3,4%	3,1%	2,9%	4,1%	6,3%	7,1%	6,4%	6,1%	6,1%
Rio Grande do Sul	4,8%	4,8%	5,0%	6,2%	8,2%	8,4%	8,1%	8,0%	9,1%
Mato Grosso do Sul	6,1%	4,7%	4,1%	6,1%	7,7%	8,5%	7,6%	8,0%	10,0%
Mato Grosso	5,5%	4,4%	4,0%	6,1%	9,4%	9,0%	7,9%	8,0%	9,7%
Goiás	5,4%	5,4%	5,3%	7,3%	10,5%	10,6%	9,2%	10,6%	12,4%
Distrito Federal	8,6%	9,0%	9,0%	10,1%	12,0%	13,2%	12,7%	13,4%	14,8%

Fonte: IBGE (2021).

Considerações Finais

Ao longo de 2020, a economia brasileira foi abrupta e severamente impactada pela pandemia do novo Coronavírus que repercutiu na acentuada queda do produto ao longo do ano. O resultado foi um desemprego que registra sucessivos recordes e que impacta na capacidade de compra da população, uma dívida pública que subiu substancialmente e uma inflação que ainda dá sinais de aceleração. Estes são desafios que os governantes enfrentarão daqui para frente.

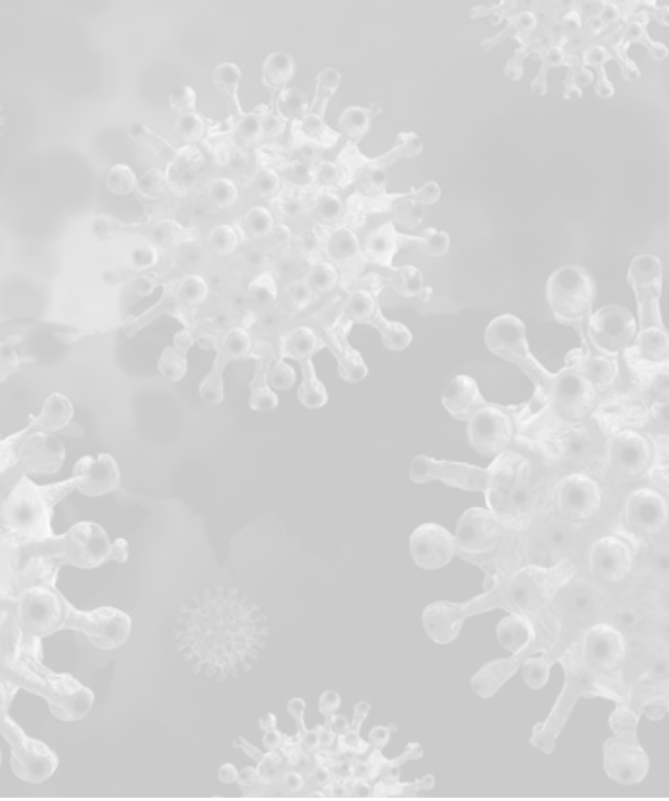
A queda da demanda verificada em 2020 tem relação direta com a elevação do desemprego no País. A cada nova divulgação dos dados, observa-se que o nível de desemprego aumenta. Tal fato contribui para reduzir a demanda efetiva agregada da economia, o que impacta no desempenho da economia. Com uma queda da demanda, os empresários tendem a optar por esperar por um melhor momento para ampliarem os investimentos. Ademais, o aumento do índice de preços se traduz na queda do poder de compra da população, o que resulta na dificuldade de ampliar a demanda das famílias mais humildes.

Como sinalizado ao longo do texto, os investimentos são o motor da economia. Sem eles o desemprego não diminui e a economia não cresce. O cenário, neste quesito, ao longo de 2020, também foi negativo. Embora a taxa de investimento de 2020 tenha sido maior do que foi em 2019, isso se deu em função da queda do PIB e não por um real aumento dos níveis de investimento.

Tão logo a pandemia alcançou o Brasil, a decisão de investimento do setor privado foi amplamente impactada pelo nível de insegurança da economia que, mesmo com a ampliação do programa de vacinação, ainda se encontra em níveis elevados. Além disso, a elevação do custo do capital através da nova política monetária do Banco Central – que tem sinalizado que a taxa básica de juros (Selic) deve se elevar ao longo do ano – contribui para que os empresários se mantenham avessos a novos investimentos daqui para frente, o que é preocupante.

Não obstante, o endividamento público elevado também contribui para ampliar a incerteza e desincentivar os investimentos. Uma elevação da dívida pública indica que, no futuro, políticas de austeridade terão de ser adotadas: ou os juros deverão se elevar para rolar a dívida ou os impostos serão majorados. Qualquer uma das opções se traduz em maiores entraves ao investimento.

Em suma, pode-se dizer que o ambiente econômico – apesar de um pouco melhor em função da gradual retomada da economia – indica que grandes desafios emergiram ao longo de 2020 e que devem ser tratados com responsabilidade pelos governantes. Esta responsabilidade dos líderes políticos será fundamental para que um melhor ambiente seja moldado, assim que a crise sanitária for superada.



Coleção
BOOKS
SINFACRS

